



## Vigilantes da Grande Vitória vão às ruas em defesa do emprego



Vigilantes protestam contra substituição por PMs reformados

Atendendo à convocação do Sindicato dos Vigilantes da Grande Vitória (Sindseg-GV/ES), vigilantes da cidade saíram às ruas nesta quinta-feira (7) para denunciar a tentativa do governo do Estado de substituir vigilantes por policiais militares da reserva para atuar na segurança das repartições públicas. O ato teve início pela manhã, em frente à Assembleia Legislativa, e seguiu até o meio da tarde, próximo ao Palácio Fonte Grande.

O Sindicato vem denunciando o desemprego que a medida trará à categoria. “Com essa lei, o governo tira o emprego de centenas de vigilantes. Não temos nada contra aos policiais voltarem a trabalhar, mas as pessoas que estão nos postos serão retiradas de lá para colocarem

que já se aposentou”, afirmou o secretário geral do Sindseg-GV/ES, Wellington Silva Oliveira.

Além do desemprego, a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e o Sindseg se preocupam ainda com a insegurança por colocar policiais desempenhando atividades de vigilantes. “Temos vários casos de tragédias que poderiam ter sido evitadas caso tivessem colocado vigilantes de verdade, com a devida formação, no desempenho das atividades de segurança patrimonial. O caminho que o Tribunal de Justiça (TJ) está seguindo é contrário, gerando desemprego e colocando pessoas em risco”, afirmou o presidente da CNTV, José Boaventura.

Entenda o caso

O Tribunal de Justiça e a Polícia Militar assinaram um convênio, no final de novembro, para a cessão de 40 policiais da reserva para desempenharem atividades em fóruns e comarcas do Estado. Os PMs em questão devem receber um adicional, pago pelo TJ. O argumento é que eles ficariam a cargo da segurança institucional no interior dos prédios, enquanto aos vigilantes caberia a segurança patrimonial das edificações e demais bens.

Fonte: CNTV

# PM de Goiás é condenado por homicídio de segurança em festa no Gama (DF)

A Justiça do DF condenou, na quarta-feira (6/12), o policial militar de Goiás Yuri Rafael Rodrigues da Silva Miranda a 17 anos de prisão pelo homicídio de Kássio Enrique Ribeiro de Souza, de 26 anos, que trabalhava como segurança em uma casa de festa, localizada no Setor Leste do Gama. O crime aconteceu em outubro de 2016 e teve grande repercussão, pelo envolvimento de um policial militar.

De acordo com a denúncia do Ministério Público do DF, Yuri agiu com motivação fútil, já que ele foi repreendido pela vítima, no estacionamento do local, porque havia parado o carro de maneira irregular. O crime, ainda segundo a denúncia, também foi praticado mediante recurso que

dificultou a defesa da vítima, pois ele atraiu o segurança para próximo do veículo em que se encontrava, quando então efetuou os disparos.

## **Perda do cargo**

Além da prisão, Yuri também foi condenado a perda do cargo público de policial militar. De acordo com a sentença: “Conforme restou apurado nos autos, o réu demonstrou que não possui condições para permanecer no exercício do indigitado cargo público”. Assim, a corporação a que está lotado o acusado e o comando da Polícia Militar do Estado de Goiás devem ser notificados da decisão.

Fonte: [Jornal de Brasília](#)

# CPI da Previdência: Ousadia e Verdade

Por Senador Paulo Paim



“CPI mostrou que Previdência é superavitária e consegue caminhar com suas próprias pernas”.  
(Foto: Roque Sá | Agência Senado)

A CPI da Previdência trouxe à tona toda a verdade que, por décadas, esconderam dos brasileiros: ela é superavitária e consegue caminhar com suas próprias pernas. Essa constatação desconstrói os discursos que afirmam que ela é deficitária e que em pouco tempo não haverá dinheiro para pagar as aposentadorias e pensões. Portanto, a reforma é desnecessária.

O relatório da CPI, aprovado por unanimidade, inclusive com apoio da base governista, comprovou que o superávit entre 2000 e 2015 foi de R\$ 821.739.000.000,00 (bilhões). Atualizado pela taxa

Selic, esse valor seria hoje de R\$ 2.127.042.463.220,76 (trilhões). Outra verificação é que nos últimos 20 anos devido a desvios, sonegações e dívidas deixaram de entrar nos seus cofres mais de R\$ 3 trilhões.

A Desvinculação de Receitas da União (DRU) é outra forma de retirar dinheiro do sistema. Entre 2000 e 2015 foram R\$ 614.904.000.000,00 (bilhões). Atualizado esse valor chegaria hoje a R\$ 1.454.747.321.256,90 (trilhões). Há de se registrar que o atual governo elevou de 20% para 30% o percentual de retirada do orçamento da Seguridade.

O Tribunal de Contas da União (TCU) estima que o Brasil perde cerca de R\$ 56 bilhões por ano em fraudes e sonegações. Pela CPI esse número chega a R\$ 115 bilhões. Segundo estudo apresentado à comissão, a sonegação também decorre da falta de registro de carteira de empregados assalariados. Em 2014, foi de R\$ 41 bilhões o valor que poderia ter sido arrecadado.

Já a apropriação indébita, receber dinheiro de maneira incorreta, foi de R\$ 125 bilhões nos últimos quatro anos por parte dos empregadores que cobram dos trabalhadores e não repassam à Previdência.

Há também as desonerações que são feitas para beneficiar empresas, mas, que na realidade, causam grandes perdas de recursos e não trazem benefícios econômicos e sociais, como a criação de novos postos de trabalho. Nos últimos dez anos, os valores de desonerações mais que triplicaram, chegando a R\$ 143 bilhões em 2016, contra R\$ 45 bilhões em 2007.

O REFIS é um programa governamental para parcelar as dívidas tributárias. Com esse programa a arrecadação espontânea das contribuições para a Seguridade Social despenca em R\$ 27,5 bilhões por ano. Com a Medida Provisória 783/2017, nos próximos 3 anos, o custo será de R\$ 543 bilhões.

Os problemas da Previdência são a má gestão

e administração, a falta de fiscalização, a falta de cobrança de devedores e de sonegadores, o perdão e anistias àqueles que não pagam, o combate à corrupção e, principalmente, que todo dinheiro arrecadado não seja utilizado para outros fins. O dinheiro da Previdência tem que ficar na Previdência para beneficiar aqueles que contribuíram durante anos – o povo trabalhador, os aposentados e pensionistas.

Mas, a CPI, além de identificar os problemas, também faz sugestões e ações legislativas para aperfeiçoar o sistema como, por exemplo, a extinção da DRU, a compensação em relação aos benefícios sociais, revisão do benefício de prescrição de 5 anos (passando ser igual a carência de 15 anos), alteração e ampliação do teto, revisão das anistias e parcelamentos de crédito, revisão do modelo atuarial para ter clareza das receitas e despesas e auditoria da dívida pública.

Estou cada vez mais convencido de que a incompetência para colocar em prática um verdadeiro projeto de crescimento e desenvolvimento para o País leva os governos a assaltarem cada vez mais o cofre da “galinha dos ovos de ouro” – a Previdência Social.

A CPI é um divisor de águas e os governos terão que beber desta fonte. O seu resultado é de grande valia para o aprimoramento da nossa cidadania e democracia.

(\*) Senador (PT/RS), presidente da CPI da Previdência.

# ‘Governo precisa entregar privatização da Previdência a quem patrocinou o golpe’



Para Gabas, ex-ministro da Previdência, somente pressão evitará votação no dia 13

Por conta das dificuldades de conseguir reunir 308 votos para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, a “reforma” da Previdência, o governo Michel Temer tem sido cauteloso. A mídia tradicional destacou nas últimas horas a sinalização do presidente da República dizendo que o texto só irá à votação se os 308 votos, ou três quintos dos deputados, estiverem garantidos.

É um quórum alto e difícil de atingir, principalmente para aprovar uma PEC que retira direitos da população que no ano que vem vai votar em deputados e senadores. Mas para Carlos Eduardo Gabas, ministro da Previdência dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, apesar da cautela, o governo pode conseguir o objetivo. “A conta que ele precisa entregar para quem patrocinou o golpe é a privatização da Previdência. Por isso vai jogar todas as fichas. Meu alerta às entidades sindicais, centrais, movimentos populares, é que não

desmobilizem, porque eles têm possibilidade de aprovar na semana que vem.”

O governo faz um esforço final para aprovar a PEC em primeiro turno no dia 13, quarta-feira. “Se continuarem comprando deputados, podem conseguir número suficiente para aprovar na semana que vem”, diz Gabas. “(O governo) já gastou com a imprensa (em publicidade) 100 milhões de reais para fazer esse monte de propaganda mentirosa”, diz o ex-ministro.

O objetivo da ofensiva no Congresso é convencer os partidos da base a fechar questão até a próxima semana, inclusive o PMDB. A posição do PSDB é esperada com grande ansiedade pelos aliados de Temer.

Para Gabas, governo e aliados têm a seu lado a propaganda, mas o discurso é contraditório e incoerente. “Eles perderam o debate sobre o déficit. Perderam para nós e para a CPI do Senado. O relatório final mostra que não tem esse déficit”, diz o ex-ministro, em entrevista à RBA.

## ***Como avalia as propagandas do governo para convencer a população da necessidade da reforma?***

Na verdade, o governo perdeu o debate sobre o déficit. Começou dizendo que havia um déficit insustentável, que a Previdência estava quebrada, que precisa fazer a reforma. Eles dizem que está quebrada, mas começam perdendo débitos de grandes devedores.

O governo perdoou mais de 200 bilhões de reais de dívida. Quem está quebrado não perdoa dívida. É uma grande contradição.

***A ideia é que a Previdência seja do mercado...***

Claro, é verdade. Mas eles perderam o debate sobre o déficit, para nós e para a CPI do Senado. O relatório final mostra que não tem esse déficit. O objetivo de aprovar a reforma é isso que você fala. Não tem nenhuma relação com equilíbrio de contas, com sustentabilidade. Não busca equilíbrio nenhum, até porque não ataca nenhum dos problemas estruturais do financiamento, só retira direitos. O objetivo é transferir a previdência pública para o capital financeiro, para o sistema privado, que vai ter muito lucro em cima disso. E sabemos que o capital financeiro não protege nada, não tem relação com proteção social, solidariedade. É ganho, lucro.

É uma contradição com nosso sistema, que não tem fins lucrativos, que tem ampla proteção, é solidário. O governo quer desmontar essa lógica e para isso ataca de todos os lados. Atacou primeiro com a história do déficit, perdeu a batalha, e ataca agora dizendo que é para retirar privilégios. Mas a ideia é retirar direitos de trabalhador pobre. A PEC não ataca um privilégio dos altos escalões, do Judiciário, do Executivo, do Legislativo. Basta ver a declaração do secretário de Educação do Alckmin, (José Renato) Nalini. Aquele vídeo é um esculacho. Ele justifica dizendo que os auxílios que o Judiciário recebe são um disfarce para os salários, porque um juiz não pode viver com 33 mil reais. É um acinte.

***Temer diz que só irá à votação quando a vitória for garantida. Considerando que ano que vem tem eleição, que o PSDB está dividido***

***e deputados da base, inclusive Rodrigo Maia, têm dito que é muito difícil aprovar, qual sua expectativa?***

Se continuarem comprando deputados como estão, podem conseguir número suficiente para aprovar na semana que vem. Ele está gastando dinheiro. Já gastou com a imprensa 100 milhões de reais para fazer esse monte de propaganda mentirosa. A conta que ele precisa entregar para quem patrocinou o golpe é a privatização da Previdência. Por isso vai jogar todas as fichas. Meu alerta às entidades sindicais, centrais, movimentos populares é que a gente não desmobilize, porque eles têm possibilidade de aprovar na semana que vem.

***Supondo que se aprove, existe a ideia de que pautas como esta, a reforma trabalhista ou o congelamento de gastos por 20 anos são reversíveis, caso um governo progressista se eleja. Qual sua opinião?***

PEC é muito difícil, é quórum qualificado, não podemos apostar nisso. Não é simples reverter uma PEC. Não vamos conseguir mudar o perfil do Congresso Nacional. No ano que vem haverá algumas modificações, vai ter alguma renovação, mas o perfil do Congresso vai continuar conservador, vai ser difícil reverter. O importante agora é não deixar aprovar, pressionar os parlamentares. Eles não conseguem vencer no debate. Conseguem vencer comprando deputado. Na verdade não existe reforma, existe um desmonte da Previdência Social. Não tem nenhum item com o qual a gente dialoga nessa proposta. É errada na forma e no conteúdo. Não ataca problemas de financiamento, só ataca direitos, especialmente dos mais pobres.

***O que é mais grave na proposta?***

Tudo é grave. Ele aponta agora os canhões

e os holofotes para o servidor público. É a tal agenda do Estado mínimo, faz parte dessa agenda. Mas Estado mínimo para quem? É mínimo para o pobre, porque quem precisa do serviço público é pobre. O Estado, para eles, para o Judiciário, continua sendo máximo. Para o povo é mínimo. A agenda que eles querem impor agora é jogar na conta do servidor público. Mas a culpa pela falência do Estado, pela crise econômica, é da irresponsabilidade deles, que agravaram a crise por conta de uma crise política, para tirar a presidenta eleita. Essa crise econômica foi potencializada pelo Eduardo Cunha, pelo PMDB, ao tirar a Dilma.

### **Segundo analistas, a agenda de Temer é a do PSDB...**

Claro, uma agenda para agravar a crise econômica que jogou o Brasil numa recessão jamais vista, com 14 milhões de desempregados, o que significa redução da base de contribuição.

### **A propaganda do governo teria força para**

### **reverter a impopularidade da reforma?**

A propaganda engana o povo. Mas as pessoas estão reagindo, vários segmentos e entidades fortes. A OAB, a CNBB, se manifestaram contra. As igrejas cristãs estão reagindo. Vi bispo dizendo que vai distribuir santinho dos parlamentares que votarem na reforma. Isso não é qualquer coisa. É uma reação popular, mas precisa ser mais intensa, precisa pressionar os deputados na base deles, senão corremos o risco de aprovarem. Se conseguirem o quórum para aprovar, vão colocar em votação no dia 13.

O governo ensaiou um recuo na reforma, e Temer chegou a dizer que ela “não é muito ampla”. O que pode acontecer no Congresso?

Não tem recuo nenhum, eles estão só tentando dourar a pílula. Mas o remédio é desnecessário e equivocado. Você está dando estricnina para um cara que está com gripe. A proposta continua cruel. Nós não dialogamos com essa proposta, ela tem que ser retirada. Nós queremos diálogo, queremos debate.

Fonte: CUT



Expediente:  
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz  
Jornalista: Pricilla Abdelaziz  
Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143  
SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF